Bolsas
Na sexta-feira
0,84% São Paulo
0,33% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
110.817 — 110.916
10/1 11/1 12/1 13/1

Dólar
Na sexta-feira
R$ 5,106
(+ 0,12%)

Últimos	
9/janeiro	5,257
10/janeiro	5,202
11/janeiro	5,181
12/janeiro	5,100

Salário mínimo
R$ 1.302

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 5,530

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62

» Entrevista | **MAILSON DA NÓBREGA** | ECONOMISTA E EX-MINISTRO DA FAZENDA

O economista diz que o presidente da República frustrou as expectativas, e hoje se aproxima mais de uma nova versão do governo Dilma Rousseff do que de sua primeira gestão. Ele avalia ainda que o pacote fiscal apresentado poderia ter sido mais bem elaborado

"Lula parece não ter se dado conta do desafio"

» ROSANA HESSEL

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) frustrou as expectativas de economistas e do mercado financeiro, que esperavam que o novo mandato fosse uma repetição do primeiro. "Pelas declarações mais recentes, inclusive na parte econômica do discurso de posse, Lula se aproxima do período da Dilma (Rousseff)", lamenta o economista, ex-ministro da Fazenda e sócio-fundador da Tendências Consultoria, Mailson da Nóbrega. Segundo ele, Lula ainda não se deu conta do desafio que tem pela frente, porque não herdou um país mais organizado, como o deixado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 2003, e, agora, está diante de uma verdadeira herança maldita. "Lula recebe um país, como se sabe, com uma situação fiscal muito delicada e com um crescimento medíocre. E o discurso dele parece sinalizar que basta ter chegado ao governo para superar uma transformação tal que a felicidade chega", alerta, em entrevista ao **Correio**.

Ao avaliar o pacote de medidas fiscais de R$ 242,7 bilhões anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na última quinta-feira, Mailson destaca que o plano tem o mérito de tentar reduzir o rombo orçamentário de R$ 231,6 bilhões previsto para este ano. Contudo, no momento, não havia demanda para isso. "A grande espera hoje do mercado é o novo arcabouço fiscal. Então, parece que o anúncio foi para dar a impressão de que a agenda econômica não seria prejudicada pelos acontecimentos de 8 janeiro", afirma.

No entender do economista, o pecado original dessa largada do governo é desprezar a situação fiscal do país e a restrição orçamentária e não se preocupar com uma revisão dos gastos obrigatórios. A seguir, os principais trechos da entrevista de Mailson concedida ao **Correio**:

Depois de duas semanas, qual sua avaliação das primeiras falas do presidente Lula e dos ministros?

Eu diria que Lula frustrou as expectativas de economistas e do mercado financeiro, que esperavam que o novo mandato fosse uma repetição do primeiro. Ou seja, o Lula 3 seria uma reprodução do Lula 1. Pelas declarações mais recentes, Lula se aproxima do período da Dilma, com visões intervencionistas muito fortes e com uma percepção equivocada do papel das estatais no cenário econômico brasileiro, como se o Brasil voltasse aos anos 1970, 1980, ou mesmo ao período da era da derrama de dinheiro do Tesouro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no governo Dilma. É o período da nova matriz econômica, das pedaladas, da expansão fiscal e de uma volta das visões protecionistas na economia. Lula disse no discurso de posse que não é aceitável importar plataforma de petróleo, aeronaves, microprocessadores. Plataforma de petróleo foi uma ação desastrosa e fonte de grande corrupção. Insistir em microprocessadores é a volta da política de informática do governo militar, que foi um fracasso. E achar que o Brasil é competitivo na exportação de aeronaves, isso é verdade se você estiver falando da Embraer.

Que é uma estatal privatizada...

A Embraer é competitiva em jatos executivos e de passageiros de até 150 lugares. Mas ainda não chegou ao ponto de competir com os aviões de grande porte da Boeing e da Airbus. Lula ainda sinalizou com a ideia de reindustrialização e citou no discurso, com apoio do BNDES a custos adequados. Em outras palavras, isso é a volta de subsídios financeiros que não levam em conta uma realidade posterior ao primeiro mandato de Lula: o surgimento do mercado de capitais como fonte de crédito de longo prazo. O BNDES, nesse campo, perde relevância, porque o setor privado conversa melhor com o setor privado via mercado de capitais. O BNDES é, por natureza, um órgão burocrático.

No novo formato da equipe econômica, o Ministério do Planejamento voltou, separando o planejamento da gestão. Isso não vai ser complicado?

É um exagero. A não ser que o objetivo seja gerar mais postos ministeriais, não acho que faça sentido. O Ministério do Planejamento fez gestão nos últimos 40, 50 anos, sem problemas. O que foi correta foi a volta dos ministérios do Planejamento e do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). Essa ideia de um Ministério de Economia paquidérmico, poderoso, já não tinha funcionado bem no governo Fernando Collor, com a ex-ministra Zélia Cardoso. Guedes tinha a ideia de ter um ministro poderoso, confundiu quantidade com qualidade e fundiu cinco ministérios num só. O ministro mais poderoso do Brasil foi Delfim Netto, e ele só tinha o ministério da Fazenda. Não se pode ter ilusão de que não vai haver conflito entre essas duas pastas. O potencial de conflito entre o Planejamento e a Fazenda sempre existiu, às vezes por briga de burocracia.

> É interessante como comprou-se essa ideia de que o bom é ter opiniões divergentes. É uma visão completamente errada, ao meu ver. As opiniões divergentes são importantes no debate público e no seminário acadêmico"

Mas no discurso de posse da ministra do Planejamento, Simone Tebet ressaltou que Lula queria opiniões divergentes na equipe...

É interessante como comprou-se essa ideia de que o bom é ter opiniões divergentes. Isso é uma visão completamente errada, a meu ver. As opiniões divergentes são importantes no debate público e no seminário acadêmico. No governo, o que deve prevalecer é a unidade. Então, se já era difícil quando não havia divergência, a convivência dos dois ministérios, imagine quando há divergência. O discurso dela foi correto. Eles vão fazer o possível para trabalhar em conjunto, para não haver conflito, mas é muito difícil que não haja.

Lula vai ter muita dificuldade para governar com uma economia que não cresce e com uma equipe que não é coesa?

Lula parece não ter se dado conta do desafio que tem pela frente. Ele recebe um país, como se sabe, com uma situação fiscal muito delicada e com um crescimento medíocre. O discurso dele (Lula) parece sinalizar que basta ter chegado ao governo para superar uma transformação tal que a felicidade chega, vai ter dinheiro para todo mundo, para reequipar as Forças Armadas, vai ter picanha para os pobres. Esse discurso do presidente de certa forma ufanista influenciou o discurso dos ministros que tomaram posse. Se olharmos as falas na quase totalidade incluem recomposição orçamentária, as reclamações do Orçamento menor. Parece que as pessoas não perceberam que essa é a pura realidade do Brasil. Se você tem um teto de gastos e as despesas obrigatórias têm um crescimento vegetativo, as despesas discricionárias vão minguando e começa a faltar dinheiro para a ciência e tecnologia, para a cultura, para os investimentos... Mas os discursos são como se fosse uma revogação completa do teto de gastos e se restabelece todos os gastos do passado. E, nesse caso, o país vai entrar numa trajetória muito explosiva da dívida pública.

Qual está sendo o pecado original do Lula nessa largada de governo na área econômica?

Desprezar a situação fiscal do país e a restrição orçamentária. O discurso do Lula parece sugerir que o Orçamento é elástico. Que pode fazer tudo e não vai acontecer nada. O próprio ministro da Casa Civil (Rui Costa) disse que é mais importante fazer um gasto eficiente, o gasto bem feito do que obedecer o teto de gastos. Qual é a mensagem? Se o gasto for bem feito, você pode fazer à vontade, sem limite.

E não dá para ficar emitindo título da dívida e, ao mesmo tempo, criticar o mercado "nervosinho", que financia dívida do governo...

Esse é um erro que Lula comete sempre. Ele acha que o Tesouro Nacional deve aos bancos. Não. O Tesouro deve àquelas pessoas que põem o dinheiro delas diretamente nos fundos de investimentos e de previdência privada, que são os que mais compram títulos públicos. Se o Lula tiver uma dimensão adequada da grave situação fiscal do Brasil, verá que, se não resolvida, condenará o país à mediocridade econômica, à inflação, e aos juros altos e, portanto, prejudicando, basicamente, os mais pobres. Se ele tivesse dimensão, teria feito outro discurso de posse, parecido com o de Winston Churchill, que, quando assumiu o cargo de primeiro-ministro britânico, prometeu apenas sangue, suor e lágrimas. Lula deveria ter alertado a sociedade de que nós vamos precisar de medidas duras para recuperar a função do Orçamento público e restaurar a capacidade de investimento do Estado. Um país não pode dar certo se o governo central dispõe apenas de 5% a 7% do Orçamento para fazer políticas públicas. É por isso que falta dinheiro para tudo. E, se o novo governo quiser restabelecer os níveis de gastos do passado, a dívida vai para uma trajetória explosiva.

Mas e agora, o que a gente pode esperar desse novo governo do PT?

Eu diria que se o governo não conseguir medidas ou formulações que gerem o ano fiscal crível, nós vamos para uma situação complicada. Porque isso vai gerar uma queda de confiança, que significa depreciação do câmbio e aumento da taxa de juros futuras. Significa menos crescimento e mais inflação. Isso tudo vai se abater, em maior intensidade, nas populações mais pobres. E, além do mais, o Lula está pegando uma situação que é oposta àquela que ele contou em 2003.

O ministro Fernando Haddad tem prometido zerar o deficit criado em grande parte pelos R$ 168 bilhões de gastos fora do teto aprovados com a PEC de Transição, mas ele ainda não falou de cortes de subsídios ineficazes...

Isso tem dois problemas que precisam ser considerados. Esses incentivos existem porque tem grupos poderosos que conseguiram a sua aprovação. E você vai ter uma mobilização deles no Congresso para barrar a redução dos benefícios, sobretudo se eles abrangerem alguma coisa na Zona Franca de Manaus. É preciso considerar ainda a partilha dos impostos federais. Estados e municípios ficam com 70% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e com metade do Imposto de Renda. Quando Paulo Guedes reduziu o IPI, ele fez bondade com o chapéu dos outros e tirou dinheiro dos estados, dos municípios e dos fundos regionais. Essa é uma situação tão complicada que, em resumo, se o governo quiser aumentar a carga tributária para fazer superavit primário via tributação de dividendos, por exemplo, será preciso cobrar o dobro, porque a metade da arrecadação vai para estados e municípios.

Mas, antes de mexer nos subsídios, é preciso fazer a reforma tributária?

Reforma tributária não altera isso. Eu acho que isso é um erro da Constituição de 1988, que veio para ficar e que continua sendo cometido. Todo ano, os municípios conseguem uma emenda constitucional aumentando a fatia de receita nos fundos regionais.

Continua na página 8